

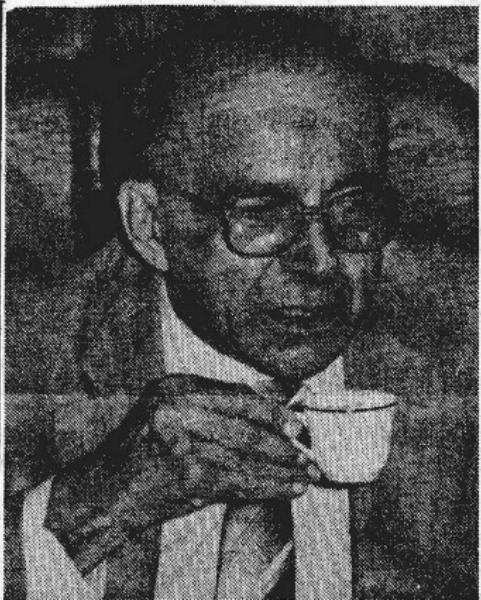
Congresso não foi anistiado, lembra Nobre

Um jornalista que se considera "emprestado" ao Congresso Nacional, o deputado Freitas Nobre (PMDB-SP), aponta uma série de vícios do Legislativo, que na sua opinião motivaram críticas legítimas a nível nacional. "As críticas em razão destas distorções — observa — considero perfeitamente legítimas, como legítima é a notícia de fatos constatados por todos".

O transbordamento destas críticas, que às vezes ocorre, segundo o deputado-jornalista, pode ser motivo de naturais reações dos congressistas e do próprio Poder Legislativo. "Acho que os parlamentares têm a tribuna como os meios de comunicação têm os seus recursos na área de divulgação. Se as informações se constituem em abuso, a legislação específica, que é a Lei de Imprensa, está aí para ser usada", diz.

Freitas Nobre chegou a ser presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo por três vezes e da Federação Nacional dos Jornalistas em duas gestões. Consciente do trabalho jornalístico que está sendo levado com relação às irregularidades do Legislativo, ele afirma que, entretanto, é preciso levar em conta que o Congresso Nacional ainda não foi anistiado.

— Ainda vivemos debaixo de um Legislativo autoritário, pois os preceitos constitucionais relativos ao Congresso Nacional se mantêm praticamente inalterados. Assim, o decurso de



Freitas Nobre

prazo para aprovação de projetos que não chegaram a ser votados, a impossibilidade de emendar decretos-lei, de apresentar emendas a projetos que aumentem a despesa e reduzam a receita, a manutenção de regimentos caducos, tudo isso se constitui nas primeiras causas das críticas ao Legislativo, que ainda tem suas raízes fincadas no sistema autoritário".

Parte das causas da crise atual do Legislativo, segundo Freitas Nobre, advém destas distorções. E a campanha dos meios de comunicação dos últimos meses, explica, encontra "campo fértil" para as especulações, já que constantemente a ausência dos parlamentares é notada nas sessões da Câmara, Senado e do Congresso.

— Pessoalmente entendo — ao contrário de algumas opiniões hoje predominantes — que o Legislativo poderia usar do direito de resposta, que é o instrumento mais rápido e mais eficaz, para repor as verdades dos fatos que tiverem sido divulgados erroneamente", sugere Freitas Nobre.